

O SR. RAUL FERRAZ (PMDB—BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Recebi, neste final de semana, do meu Estado, a Bahia, um telex assinado por altas figuras políticas e do mundo empresarial do meu Estado. Esse telex, que foi dirigido a toda Bancada da Bahia, manifesta a preocupação do empresariado baiano com a situação de dificuldade em que nos encontramos, como de resto se encontra todo o País.

Hoje, essas figuras do mundo político e empresarial baiano estão, mais uma vez, reunidas na Assembléia Legislativa da Bahia para programarem sua vinda a Brasília, para exigir de nós da Bancada Federal baiana, que nos incorporemos a eles e que compareçamos à presença do Senhor Presidente da República e dos Ministros da área econômica pedindo as soluções que todos nós esperamos.

Para constar dos Anais desta Constituinte, vou ler o referido telex, para que todos possam ter conhecimento de que a Bahia se soma a essas preocupações. Espero que essas preocupações sejam, em breve, sanadas, Sr. Presidente, porque, afinal de contas, o PMDB, Partido que deu apoio e sustentação ao Governo, ainda que um apoio crítico, é um Partido que está na expectativa de que a área econômica do Governo venha a solucionar esses grandes problemas. Ao contrário de outros, que estão na expectativa de que, mais uma vez, essa política fracasse para criticarem o Governo.

Leio, Sr. Presidente, o telex:

SALVADOR, 12-2-87 TLX.NR.1616
Exmo. Sr.
Deputado Raul Carlos Andrade Ferraz
Câmara dos Deputados
Brasília DF.

Tenho em vista a ameaça de completa paralisação das atividades produtivas do Estado, em consequência da elevada taxa de juros cobrada pela rede bancária, beirando, já, 25 por cento ao mês, além da que dos preços dos principais produtos agrícolas da Bahia — cacau e café, o comércio, a indústria e a agricultura, através suas mais expressivas lideranças, apoiadas todo mundo político, inclusive governador eleito Waldir Pires, realização, segunda-feira, dia 16, novo encontro, às 15 horas na Assembléia Legislativa, a fim de elaborar pauta a ser cumprida em Brasília, para a qual é indispensável incorporação toda bancada federal independentemente filiação partidária. Desejamos juros compatíveis com as atividades, renegociação dos débitos, inclusive os das carteiras comerciais e liberação de recursos para investimentos e custeio, e, ainda, aquisição da produção agrícola, imediatamente e à vista, pelo governo segundo os preços mínimos de garantia.

Pauta requer audiência Presidente Sarney, ministros da área econômica e bancos Central e Brasil.

Atenciosamente — Comissão: — José Pedral — Dep. Coriolano Sales — Dep. Sebastião Castro — Elquisson Soares — Orlando Moscoso — Juvenalito Gusmão — Nelson Quadros — Carlos Humberto P. Santos — Carlos Raimundo Baiard.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jesualdo Cavalcanti.

O SR. JESUALDO CAVALCANTI (PFL — PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. constituintes:

Em que pese o ceticismo de alguns, prefiro acreditar no êxito desta Constituinte. Temo que o povo brasileiro, submetido a uma crise econômica sem precedentes, não suporte passivamente a frustração decorrente de nosso eventual fracasso.

Creio não ser esta a Constituinte de nossos sonhos. Contudo, sendo a política a arte do possível, forçoso é reconhecer que esta é a que a nossa realidade política foi capaz de permitir nesta fase de transição.

Longos e tortuosos foram os caminhos que nos conduziram até aqui.

Não podemos desconhecer, no entanto, que o fato de haver sido convocada, por si só, é um passo significativo no desmonte daquilo que se convencionou denominar de "entulho autoritário".

Direcioná-la agora, dar-lhe conteúdo popular e transformador, torná-la instrumento de profundas mudanças econômicas, políticas e sociais, eis o desafio que nos impõe o momento histórico que estamos a viver. Desafio que há de estimular a imaginação criadora de todas as forças comprometidas com o projeto democrático de vida e com os reais interesses do povo brasileiro, independentemente dos partidos que as abriguem, eventualmente.

Ouso afirmar que, se em muitos pontos a sociedade brasileira se divide, num é inquestionável a unanimidade: a ordem jurídica que temos não mais comporta nem contém as aspirações do novo Brasil que está emergindo das fábricas, dos campos, dos sindicatos, das universidades, da imprensa, das igrejas. E também do Nordeste, revoltado, não pela maldição da seca, mas pela falta da vontade política de enfrentá-la eficazmente.

O espírito desse povo, que flora com tanta força, sabe o que quer. E o que não quer. E se manifesta claramente, tanto através dos debates, greves e protestos públicos, como através do voto, no silêncio das cabines eleitorais, seja escolhendo seus dirigentes e representantes, seja votando em branco.

Nesta casa, estou certo, também sabemos o que queremos e o que não queremos.

Começo por dizer que não queremos parar nem retroceder e, assim, queremos uma sociedade justa, pacífica, pluralista, democrática e progressista.

Para construí-la lutaremos por uma Constituinte que sintetize e instrumentalize esses anseios.

Para ser convergente e duradoura, a nova Constituinte há de resultar de ampla e exaustiva discussão, a fim de que não se converta em estuário de ambições pessoais ou interesses transitórios da partidos. Repelimos, pois, o monólogo, o açodamento e as pressões ilegítimas.

Afinal, foi-se o tempo dos generais em que, para elaborar uma Constituição, bastavam uma máquina de escrever, um datilógrafo, um tecnocrata e o silêncio dos bastidores.

Se nas monarquias o rei é soberano, nas democracias soberano é o povo.

Soberania não se discute; soberania se pratica, se exercita.

Pois bem, é pela vontade do povo e em seu nome que aqui nos reunimos em Assembléia Nacional Constituinte, visando elaborar uma nova Constituição para o Brasil. E é com plena consciência de nossas responsabilidades que vamos

cumprir esta missão histórica. E cumpri-la livre e soberanamente, sem o que nossa investidura perderá toda legitimidade.

Pertencendo aos quadros do Partido da Frente Liberal do Piauí, confesso que tenho especial respeito pelos partidos políticos.

Contudo, não sou o primeiro a afirmar nem serei o último a reconhecer que "quem serve melhor a seu partido é quem serve melhor a seu País".

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte João Machado Rollemberg.



SR. JOÃO ROLLEMBERG (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ocupo esta tribuna com emoção!

Há 18 anos, deixei esta Casa com o meu mandato cassado pelo regime de exceção que dominou o País por vinte anos.

Afastei-me da política, dediquei-me ao trabalho na iniciativa privada, participando ativamente do desenvolvimento do País.

Jurei que não voltaria à vida pública, enquanto não pudesse ser dono do meu pensamento e externá-lo livremente.

Não enchi meu coração de ódio pelos algozes que me fizeram injustiça, nem pelos áulicos que rodeavam o Poder em busca das migalhas que sobravam do grande banquete, onde o prato principal eram as franquias democráticas.

Com a Nova República senti, como todo cidadão brasileiro, o calor da liberdade e, quando convocada a eleição à Assembléia Nacional Constituinte, julguei do meu dever a ela candidatar-me, para, se eleito pelo povo sergipano, como o fui, dar a minha modesta contribuição, para que esse País nunca mais voltasse a viver à sombra do arbítrio, para que a nosso povo nunca mais faltasse pão e liberdade.

Neste clima de democracia e esperança eu, e todo povo brasileiro, somos surpreendidos com a Nação mergulhando perigosamente numa crise econômica, onde se comete os mesmos erros do passado, onde se premia o capital e se castiga os que trabalham, onde se mantém uma política monetarista ortodoxa.

Ouvern-se mesmas catilinária da velha república.

Gostaria de enviar uma mensagem ao Presidente da República.

Presidente Sarney: a solução para a crise econômica brasileira não está nas mãos dos técnicos cultos e eruditos que o cercam, mas, nas mãos do estadista.

Os técnicos, na frieza dos números ou nas contradições das doutrinas econômicas, não nasceram técnicos, fizeram-se técnicos, aprenderam nas mesmas cartilhas, nas mesmas universidades.

O estadista traz do berço o sentimento, a flexibilidade, a visão, o **Feu Sacré**, que o inspire nas estratégias das grandes decisões.

Os técnicos são meros instrumentos sob a regência do estadista e, Vossa Excelência, para mim, por vocação, é um estadista.

Assuma, Presidente Sarney, urgentemente o controle da política economia do Governo, senão será tarde demais.

O povo brasileiro está perplexo, e sentindo-se sem rumos; Vossa Excelência que escreveu o livro **O Norte das Águas**, seja o norte das nossas esperanças.

O povo brasileiro, sentido-se afogar em águas turvas poderá apegar-se a qualquer bandeira, co-

mo vimos aqui em Brasília, na marcha de protesto dos agricultores brasileiros, um comando de direita, eventualmente prevalecer. Poderia ter sido um comando de esquerda.

Os juros altos estão estrangulando a economia brasileira e por traz deles existe a figura do agiota, manipulando, rindo dos que confiaram no seu Governo e procuraram trabalhar, gerar empregos, pagar impostos.

Os juros, como a febre, não são causa, são efeito, e assim como a febre quando atinge níveis insuportáveis pelo organismo, devem ser reduzidos até mesmo transitoriamente para evitar convulsões e sequelas.

Se examinarmos os resultados operacionais dos Bancos no trimestre dezembro, janeiro e fevereiro, constataremos lucros exorbitantes. E as outras atividades econômicas e os assalariados vivendo horas amargas e incertas.

Concluo, Srs. e Sr^{tes} Constituintes, reafirmando a minha confiança no Presidente Sarney, na sua linha de coerência que conheci 20 anos atrás na Câmara dos Deputados defendendo as reformas sem ódio, sem violências mas com determinação.

Não desejamos ser um País governado por técnicos, desejamos ser um País Governado por estadistas.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS (PDS—SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Não bastasse o sacrifício que enfrenta o povo catarinense, em razão da desorganização da economia agropecuária em geral, que atinge muito especialmente o Estado que representa nesta Casa, pois que sua organização fundiária é baseada no regime da pequena e da média propriedade, está hoje Santa Catarina a enfrentar mais uma etapa de um velho problema, que tem conspirado contra a segurança do seu povo, a estabilidade de suas obras e serviços de infra-estrutura e o desenvolvimento econômico e social da terra catarinense. A partir de 1852, os principais vales do território catarinense têm sido atingidos por grandes, prolongadas e deploráveis cheias, que fazem com que o povo tenha periodicamente que recomeçar a vida de suas famílias, de suas cidades, e o desenvolvimento geral do Estado. Em 1983 e 1984, depois das históricas enchentes de 93, 11 e 27, foi o povo catarinense atingido por enchentes que trouxeram os maiores sofrimentos a seu povo e comprometeram o desenvolvimento da terra barriga-verde.

A ocasião, em 1983, por força de relatório aprovado pela unanimidade dos Srs. Deputados Estaduais, o Poder Executivo criou o Conselho Extraordinário da Reconstrução e um gabinete, cujo titular tinha prerrogativas de Secretário de Estado, para ordenar e coordenar a tarefa da reconstrução. Ainda que, a partir de 1946, as Constituições brasileiras cometam à União o dever de organizar programas de combate às calamidades, especialmente as secas e as enchentes — é mandamento da atual Constituição, que figura no artigo 8º ao povo, especialmente ao povo catarinense, tem sido deferida a tarefa de reconstruir, de refazer, de acreditar no seu trabalho para que quando atingido pelas águas que invadem especialmente os vales do Itajaí, do Tubarão, do Rio Negro, do Rio do Peixe, do Rio Canoas, do Rio Chapecó e do Rio das Antas, essas enchentes não anulem com-

pletamente a obra que o povo catarinense vem realizando a serviço do Brasil e dos brasileiros.

Neste último fim de semana a calamidade atingiu a zona litorânea. Deslizamentos inúmeros e de grandes dimensões interromperam o tráfego nas estradas que ligam a faixa litorânea ao planalto norte, à região serrana, ao Vale do Rio do Peixe, a oeste e extremo-oeste de Santa Catarina.

A nossa Capital, Florianópolis, ficou praticamente inundada, já que foi atingida por uma tromba d'água e assim também as pequenas e médias cidades do litoral catarinense, à época frequentadas por brasileiros de todas as regiões, em razão da beleza, do conforto, das nossas praias.

O litoral catarinense tem extraordinária vocação para o turismo; não o turismo de alto gabarito, não o turismo que exige investimentos de grande vulto, mas o turismo para a classe média, especialmente para a classe operária, para o povo. Praias como Enseada e Ubatuba, em São Francisco, Barra do Sul, em Araguari, Barra Velha, no município do mesmo nome; Piçarras, também no mesmo município; Navegantes, no município de Navegantes e, ao Sul, Rincão, Morro dos Conventos, Garopaba, que são praias destinadas ao povo...

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — (Faz soar a campanha.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS — ...ao povo catarinense e ao povo brasileiro de modo geral, atraindo até contingentes de veranistas da Argentina, Uruguai e Paraguai. Os prejuízos ainda não foram levantados, tal a violência e a extensão das precipitações pluviométricas que atingiram o litoral catarinense neste último fim de semana.

Quero, Sr. Presidente, valendo-me da generosidade de V. Ex^a, fazer o registro e dizer que Santa Catarina, desde setembro de 1984, em Blumenau, através da palavra do seu Governador Esperidião Amin Helou Filho, reclama e exige a elaboração de um plano global e integrado da defesa contra as enchentes, a exemplo do que o povo americano realizou no Vale do Muschingang, afluente do Rio Ohio. Obras episódicas, assistência financeira, técnica e recursos humanos valem muito mas não resolvem o problema.

A partir de setembro de 1984, através do Conselho Extraordinário de Reconstrução e pela palavra do Governador Amin, Santa Catarina reclamou essa providência, o DNOS, com o apoio do Governador, conseguiu a vinda de uma missão técnica japonesa, graças à boa vontade do Deputado Watanabe, Secretário-Geral do Partido do governo daquela nação amiga. Mas nada se fez para que se iniciasse a elaboração do plano global e integrado de defesa contra as enchentes.

Hoje, Sr. Presidente, depois de ter exercido a função de Chefe de Gabinete Extraordinário da Reconstrução cumpro o dever de fazer o registro e lembrar que no Plano Nacional de Desenvolvimento, encaminhado ao Congresso e pelo Congresso examinado e votado em 1985/1986, não há uma referência sequer ao Estado de Santa Catarina. Três Estados foram omitidos nesse documento básico para a execução de obras e serviços voltados ao desenvolvimento brasileiro: Piauí, Paraíba e Santa Catarina. Piauí e Paraíba foram mais felizes, tiveram contemplados os projetos de caráter regional que vão atender a solução de alguns dos seus problemas. Santa Catarina, não. A SUDESCUL realizava em Santa Catarina um único projeto — o Projeto Litoral Sul — para resolver os problemas de ocupação e aproveitamento da terra do extremo sul catarinense.

O mesmo Orgão realizava no Rio Grande o projeto da Lagoa Mirim e no Paraná o projeto de defesa contra a erosão nas regiões Norte e Nordeste. Os dois projetos, a que acabo de me referir, que beneficiam com justiça o Paraná e Santa Catarina, foram lembrados no Plano Nacional de Desenvolvimento, o projeto catarinense, não.

Através da representação catarinense no Congresso Nacional, o Gabinete da Reconstrução e o Conselho Extraordinário de Reconstrução fizeram chegar a esta Casa e ao Senado proposta de emendas que permitissem o início da elaboração do plano global de defesa contra as enchentes, única e capaz solução. Não obtivemos êxito. O sofrimento este último fim de semana lembra mais uma vez o dever do Congresso Nacional, do Governo da União de atender ao nosso apelo, de acolher o nosso reclamo e de evitar que continue periodicamente o povo catarinense sofrendo em razão das cheias, que comprometem, que distroem aquilo que o povo catarinense no campo, na oficina, na fábrica e na casa do comércio faz com dedicação e patriotismo pela sua terra, pela nossa Pátria. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra à nobre Constituinte Raquel Cândido.

A SRA. RAQUEL CÂNDIDO (PFL—RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Constituintes.

O primeiro livro que recebemos em nossos Gabinetes foi exatamente o ANTEPROJETO CONSTITUCIONAL elaborado pelos Notáveis. É um registro interessante, principalmente para toda a Nação a fim de que ninguém se iluda quanto à Constituição que será discutida. Ao que parece os parâmetros já estão assentados. E não é sem motivo as dificuldades que enfrentamos principalmente os Parlamentares de 1º mandato, a maioria por sinal, quanto à ocupação dos espaços, tempo para os discursos, posições que vem nos negando, e nos referimos a todos os Partidos Políticos.

Alguns pontos nos preocupam sobremodo. A ter-nos-emos a dois O art. 92 do Anteprojeto citado, menciona o mandato de 6 (seis) anos para Governadores e Vice Governadores. Daí o porquê passamos a compreender melhor por que as medidas econômicas denominadas CRUZADO DOIS somente foram anunciadas após o pleito eleitoral último. O massacre do PMDB sobre as demais agremiações foi sintomático. As governanças estaduais estão em mãos do PMDB. E com uma forte Bancada federal de Constituintes é fácil prever que a "sugestão" dos notáveis de elevar para SEIS anos o tempo de seus mandatos será uma decorrência normal, até porque já se sente grande pressão sobre os parlamentares no sentido de se realinharem aos seus respectivos Governadores. As elites continuarão dominando o País. Acrescentando-se a isso um flagrante processo de mexicanização. Na surdina, com muita habilidade se urde mais uma manobra. Entre as opções poderá ser a salvadora a do Parlamentarismo com o Sr. **Ulysses Guimarães** como 1º Ministro.

Não se sabe ainda qual será a posição do Senhor Presidente da República.

Este, por sua vez, enfrenta o troco dado pelos empresários, que viram frustradas suas tentativas de colocar no Governo de São Paulo o Sr. Ermírio de Moraes? E atualmente dominam os rumos da política econômica federal com visível e inaceitável prejuízo para as classes trabalhadoras.

Mais adiante, artigo 168 do Anteprojeto, consta a diminuição do atual número de Deputados Fe-